



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2019

Susta o Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

### DOCUMENTOS:

- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Comissão de Constituição,  
Justiça e Cidadania.

Em 12/02/19.

*[Assinatura]*

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2019

Susta o Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica susgado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal estabelece como direito de todos o acesso a informações de seu interesse particular, coletivo ou geral a serem prestadas por órgãos públicos. Na forma do inciso XXXIII, do art. 5º podem ser ressalvadas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Após esforços dos governos Lula e Dilma, em 18 de novembro de 2011, foi promulgada a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12527, de 2011, que deu vida e grande fôlego à disposição constitucional, reforçada pelos diversos outros avanços na pauta da transparência pública e dos instrumentos de prevenção e repressão a condutas ilícitas contra a Administração Pública e o interesses público.

Diversos foram os avanços propiciados pela edição dessa norma que se converteu em importante instrumento de grande adesão por cidadãos, imprensa e diversos interessados na fiscalização dos atos do Poder Público.

Nome legível:

Rebérica:

Medida:

*Alice Lima Lima*  
*241824*



SF/19156.59333-64

Página: 1/3 06/02/2019 16:55:48

cf72025ff41bed5b3ed3b82c20dbef8666d33c4



Lamentavelmente, o atual governo tem mostrado total descompromisso com a transparência pública, tomando diversas medidas na contramão do amplo acesso a informações. Em diversas oportunidades se esquivou da imprensa, adota *fake news* para justificar medidas desastrosas para o país, como a flexibilização do Estatuto do Desarmamento, entre outros flagrantes atos de desprezo à própria democracia.

A ampliação de autoridades aptas a impor restrições ao acesso às informações públicas é medida que frustra todos os avanços alcançados em direção à transparência, posição que é compartilhada por entidades dedicadas à matéria, como a Federação Nacional de Jornalistas – FENAJ e a organização não governamental “Artigo 19”.

Em nota, a Federação afirma:

Ao alterar a Lei para autorizar que servidores públicos, ainda que de alto escalão, possam classificar dados do governo federal como informações ultrassecretas e/ou secretas, o governo Bolsonaro joga por terra o princípio da transparência. A ampliação indiscriminada dos agentes públicos com poder de cercear as informações vai favorecer a ocultação da improbidade administrativa e outras formas de corrupção.

Em entrevista, o presidente em exercício disse que o decreto visa “reduzir a burocracia na hora de desqualificar alguns documentos sigilosos”. A retórica, entretanto, não é capaz de desmentir o que está estabelecido no decreto: servidores públicos de alto escalão poderão impedir o acesso dos cidadãos e cidadãs, incluídos os jornalistas, às informações públicas. Se o acesso era a regra e o sigilo a exceção, prenuncia-se o inverso: o sigilo como regra e o acesso como exceção, caracterizando um ataque à liberdade de imprensa e ao exercício da cidadania.

A FENAJ espera que a sociedade brasileira reaja à medida arbitrária e antidemocrática, exigindo do governo Bolsonaro a sua revogação.

Nesse sentido, considerando os esforços e compromissos do Parlamento no fortalecimento da transparência e do acesso a informações públicas, não há outra medida



SF/19156.59333-64

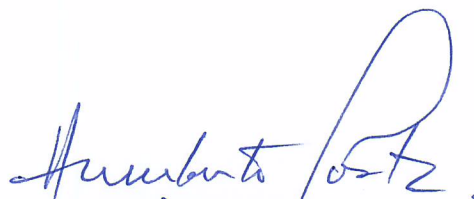
Página: 2/3 06/02/2019 16:55:48

cf72025ff41bed55b3ed3b82c20dbef8666d33c4



mais apropriada a preservar os avanços até hoje propiciados pela Constituição e pela Lei de Acesso à Informação que a aprovação do presente decreto legislativo e a sustação desse ato do Poder Executivo atentatório às prerrogativas do Congresso Nacional.

Sala de sessões,



**Senador Humberto Costa**  
Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores



**Senador Jean Paul Prates**  
Partido dos Trabalhadores – RN



**Senador Jaques Wagner**  
Partido dos Trabalhadores – BA



**Senador Paulo Paim**  
Partido dos Trabalhadores – RS



**Senador Paulo Rocha**  
Partido dos Trabalhadores – PA



**Senador Rogério Carvalho**  
Partido dos Trabalhadores – SE



SF/19156.59333-64

Página: 3/3 06/02/2019 16:55:48

cf72025ff41bed55b3ed3b82c20dbef8666d33c4



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- Decreto nº 7.724, de 16 de Maio de 2012 - DEC-7724-2012-05-16 - 7724/12

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2012;7724>

- urn:lex:br:federal:decreto:2019;9690

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2019;9690>

- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI - 12527/11

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>